

72º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DA "DÍVIDAS OCULTAS"

Mahomed Fekih disse que sua empresa recebeu três milhões de dólares para construir uma casa e dois hotéis de António Carlos do Rosário

- Penúltimo declarante, Mahomed Fekih foi ouvido por videoconferência a partir da Argélia, onde vive desde 2018. Nega que tenha saído de Moçambique por alegado envolvimento nas "dívidas ocultas", tanto mais que o Ministério Público se absteve de o acusar num processo autónomo relacionado com o maior escândalo financeiro na história do país.



- Quinta-feira é o último dia de audição de declarantes e, para fechar, o tribunal vai ouvir o antigo Presidente da República, Armando Guebuza. Por ter uma relação de parentesco com um dos réus, nomeadamente o seu filho Armando Ndambi Guebuza, o antigo Presidente da República tem a faculdade de pedir ao tribunal para prestar declarações. Mas tudo indica que Armando Guebuza vai à tenda da B.O para falar.

Mahomed Fekih é sócio da Walid Construções, empresa que detém juntamente com a sua esposa Judite dos Santos. Falando em videoconferência, a partir da Argélia, o declarante contou ao tribunal que a Walid Construções iniciou as actividades em Moçambique em 1998 e está suspensa desde finais de 2017. A empresa pagava impostos através da Odisseia, empresa de contabilidade e auditoria.

A Walid Construções recebeu 3.025.000 de dólares pelos serviços de construção civil prestados ao réu António Carlos do Rosário, tendo enviado duas facturas proformas à Logistics International Sal, uma das empresas do grupo Privinvest. As facturas foram emitidas na sequência de um pedido do réu António Carlos do Rosário e o valor foi pago igualmente em duas prestações.

Foram três os trabalhos que a Walid Construções prestou ao réu António Carlos do Rosário, sendo que o primeiro foi uma análise técnica que visava a reabilitação de uma casa no bairro Belo Horizonte, Município de Boane, província de Maputo. Os trabalhos iniciaram em 2009 e terminaram em 2014.

A construtora de Mahomed Fekih esteve envolvida na construção de dois hotéis descrito como sendo propriedade de António Carlos do Rosário. O primeiro hotel foi construído na cidade de Tete e o segundo estava a ser erguido no Belo Horizonte. O declarante explicou que o hotel de Belo Horizonte teve apenas obras relativas à primeira fase do empreendimento.

Mahomed Fekih confirmou ainda ter recebido um outro pagamento no valor de 15 milhões de meticais referente à casa de Belo Horizonte. O declarante disse ter recebido outros pagamentos por meio de transferências, cheques e em numerário, mas, mesmo assim, o réu António Carlos de Rosário ficou a dever pouco mais de 350 mil dólares. “O dinheiro para mim não é o mais importante, mas sim a imagem ou a reputação que temos. O dinheiro podemos trabalhar e conquistar, pois ainda temos força para o efeito”, disse Mahomed Fekih, acrescentando que não tem nenhum ressentimento com o réu, mas exige que fale a verdade.

Isto porque o réu António Carlos do Rosário disse no tribunal que os emails partilhados pelo declarante eram forjados e que os empreendimentos construídos pela Walid Construções eram propriedade da Txopela Investments.

“Apelo que o António Carlos do Rosário caia em si e peça desculpas por tudo o que fez”, aconselhou o declarante, tendo dito que não



“Apelo que o António Carlos do Rosário caia em si e peça desculpas por tudo o que fez”, aconselhou o declarante, tendo dito que não tem razões para mentir ao tribunal e que não entente porquê razão o réu mentiu mencionando o seu nome. “As obras que fiz estão lá e posso provar que foi a nossa empresa que fez. Portanto, temos matéria para provar que estamos a falar a verdade sobre os serviços que prestamos”.

tem razões para mentir ao tribunal e que não entente porquê razão o réu mentiu mencionando o seu nome. “As obras que fiz estão lá e posso provar que foi a nossa empresa que fez. Portanto, temos matéria para provar que estamos a falar a verdade sobre os serviços que prestamos”.

Mahomed Fekih disse estar indignado com a imprensa que tem estado a dizer que ele fugiu de Moçambique por causa do processo

das “dívidas ocultas”, tendo esclarecido que foi por uma razão pessoal que tomou tal decisão, e que estava disposto a partilhar com o Ministério Público, caso fosse imprescindível. Mas a representante do Ministério Público, Ana Sheila Marrengula, disse ao declarante que não devia partilhar o motivo que o levou a sair de Moçambique para Argélia caso não se sentisse confortável.

Num dos processos autónomos sobre o escândalo financeiro das “dívidas ocultas” abertos pela Procuradoria-Geral da República, Mahomed Fekih tinha sido constituído arguido, mas o Ministério Público absteve-se de o acusar.

Ainda nesta segunda-feira, o representante do Ministério Público requereu a leitura de quatro (4) depoimentos prestados na fase da instrução do processo na PGR por declarantes que não foram ouvidos nesta fase de julgamento por terem perdido a vida e outros por se terem ausentado do país. Os depoimentos foram lidos pelo juiz Efigénio Baptista e posteriormente consignados em acta.

A procuradora Ana Sheila Merrengula requereu ainda que o juiz concedesse 15 dias para os sujeitos processuais prepararem as suas alegações finais, tendo pedido a concessão de um mínimo de 10 horas para a apresentação da suas alegações orais, tendo em conta a complexidade do processo que envolve 19 réus. O juiz Efigénio Baptista prometeu reagir na quinta-feira, 17 de Fevereiro, dia agendando para a audição do antigo Presidente da República, Armando Guebuza, por sinal o último declarante.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

